

CULTURAS: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

José Azevedo *

1. A identidade no mundo contemporâneo

Numa sociedade em que os indivíduos estão cada vez mais “absorvidos neles próprios” (Lipovetsky, 1989, p. 20), a procura da identidade pessoal apresenta-se como um problema premente, indissociável das profundas modificações culturais em curso. Com efeito, “a negação do poder imemorial do passado tradicional, a febre moderna das novidades, a celebração do presente social” (p. 17) transformaram-se em princípios organizadores da moderna vida colectiva, levando a que os indivíduos se tornem cada vez mais “atomizados... e pouco dispostos a considerar o interesse geral” (p. 21). Esta ênfase no individualismo como apanágio das sociedades modernas constitui uma evidência de que o desenvolvimento intra-pessoal não está separado das influências, expectativas e experiências sociais.

Esta evidência tem vindo a ser cada vez mais valorizada por parte de alguns analistas da cultura contemporânea, ressaltando entre outros os trabalhos de Baumesteir e de Giddens. Se através da obra do primeiro (Baumesteir, 1986) nos é dado a perceber como, ao longo de diferentes épocas, se desenvolveram diferentes problemáticas da identidade, tendo em conta diferentes contextos sócio-históricos, já com os trabalhos de Giddens (1994), situando-nos essencialmente na actualidade, a nossa atenção é encaminhada para as “transmutações introduzidas pelas instituições modernas”, as quais se entretecem “de forma directa com a vida individual e, portanto, com o *self*” (p. 1).

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Ao traçar os contornos da modernidade tardia, a utilizarmos a expressão do autor, este é peremptório ao afirmar que novos mecanismos de identidade são moldados (ainda que também as moldem) pelas instituições modernas. “A reflexividade da modernidade estende-se até ao núcleo do *self*” (Giddens, 1994, p.29), tornando-se ele também um projecto reflexivo. Nestas circunstâncias, “o *self* alterado tem de ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de ligação entre a mudança pessoal e a mudança social” (p. 29).

Neste sentido, encontramos-nos pois no cerne da interacção do individual e do social pelo que não é de admirar a multiplicidade de contextos em que podemos encontrar referências ao conceito de identidade. Do multiculturalismo à crença de uma americanização do mundo, das reivindicações étnicas às identidades nacionais, das identidades profissionais à cultura de empresa a identidade surge-nos como conceito incontornável.

Uma breve incursão pelos meios de comunicação e pelas publicações de ciências sociais permitiu-nos sistematizar as referências mais comuns ao conceito de identidade

- **A procura da individualidade e a escolha do “estilo de vida”** - Nos *media* contemporâneos encontramos com facilidade referências a questões de desenvolvimento pessoal, liberdade e autenticidade; por outro lado as questões de estilo de vida que vão desde as “sub culturas” até às questões do género/sexualidades são também uma área onde se tem utilizado de forma extensiva o conceito de identidade; finalmente as questões dos impactos das novas tecnologias sobre o *self*, nomeadamente a questão das identidades múltiplas e da fragmentação do eu são também áreas de crescente interesse.
- **Os movimentos sociais a política e a cidadania** - O estado multi-cultural (quer seja com várias etnias nacionais quer com minorias migrantes) está sob intensa pressão nas suas antigas concepções de estabilidade e legitimidade em homogeneidade cultural. As questões de particularismo cultural e identidade e do respectivo acesso a privilégios e poder infectaram quase todas as comunidades multiculturais. Daqui derivam vários eixos de contenção: o direito de uma comunidade cultural, geralmente uma minoria-migrante, praticar as suas crenças versus as reivindicações de um núcleo central

cultural defender a uniformidade nas práticas culturais; direitos de língua e a insistência por alguns de serviços multilíngues versus a defesa de uma única língua nacional e oficial; a defesa de uma representação multicultural no curriculum escolar versus uma única fonte dominante de significação histórica. Todos estes eixos de contenção, levam a que os media apresentem com frequência referência às discussões em torno de uma questão central: Deverá a questão da identidade ser uma matéria pessoal e privada sem tentativas públicas de construir um consenso de valores e tradições? É cada identidade etno-cultural igual a qualquer outra?

Evidentemente que todas estas questões estão relacionadas. A escolha de um estilo de vida envolve questões políticas, a pertença étnica mistura-se com as problemáticas da procura de individualidade, etc.

O que nos leva à utilização da noção de identidade nos discursos contemporâneos das ciências sociais. Se os temas são aqueles que indicamos, não podemos deixar de referir que a discussão teórica tem sido grande e marcado definitivamente o campo da sociologia da identidade. Neste debate, destaco em particular os trabalhos de Benhabib (1996); Calhoun (1995) Hall & du Gay (1996) e Lash & Friedman (1992).

Dois temas em particular têm sido repetidamente enfatizados e atravessam transversalmente os temas referenciados acima:

- a variabilidade e fluidez da identidade em contraponto ao essencialismo;
- a diferença enquanto critério definidor da identidade.

Uma vez que, em Portugal se regista um crescente interesse pelo tema mas existindo ainda um conjunto limitado de referências, consideramos que, seria interessante ilustrar alguns dos grandes debates que cruzam este tema e algumas das diferentes leituras possíveis a partir de dois exemplos: o conceito de identidade nacional e o de etnicidade. Daí que comecemos por abordar as principais questões teóricas da identidade em torno do eixo essencialismo versus anti-essencialismo para depois exemplificar a partir dos exemplos escolhidos.

2. A “Natureza” da identidade colectiva: Perspectivas teóricas

Como seria de esperar numa temática tão discutida e complexa o campo académico tem desenvolvido múltiplas abordagens teóricas. Está fora do âmbito deste artigo a completa enumeração de perspectivas. Optamos por organizar a explanação em torno dos conceitos que reúnem amplos consensos, para em seguida discutir os aspectos diferenciadores das várias abordagens à concepção da “natureza” da identidade.

Aspectos comuns às várias perspectivas

A identidade colectiva é um conceito enraizado em constructos sociológicos clássicos: Durkheim “consciência colectiva”, Marx “consciência de classe” por exemplo.

Essas noções enfatizam a partilha pelos membros de um grupo de um conjunto de atributos ou semelhanças que os unem. Isaiah Berlin enfatizava a visão de que “tal como as pessoas necessitam de comer e beber, de ter segurança e liberdade de movimentos, também necessitam de pertencer a um grupo. Privados disso, sentem-se desinseridos, sós, diminuídos, infelizes. Ser humano significa ser capaz de se sentir em casa algures, com os seus semelhantes”.

Mas se o sentimento de pertença e os significados são encontrados nos grupos de pertença, o sentido de identidade resulta igualmente de um sentimento de diferença face a outras comunidades. Pertencer significa simultaneamente ser incluído numa comunidade e estar separado e diferenciado de outra.

De acordo com Tajfel e outros, o ser humano procuraria uma identidade social positiva que seria obtida através de processos de categorização social, “a categorização é concebida como um instrumento cognitivo básico que permite aos indivíduos estruturar o meio social e definir o seu lugar nele. O conhecimento de que ele ou ela pertencem a certos grupos e o valor associado à pertença grupal, em termos negativos e positivos, representa a identidade social”. Por outras palavras, o ser humano é inerentemente uma criatura social cujas necessidades de identidade só podem ser satisfeitas numa relação comparativa de inclusão/exclusão com outros grupos.

Do ponto de vista dos sujeitos, a identidade remete-nos sempre para a consciência de pertença a determinados grupos, e como consequência para a não pertença a outros grupos. Por ex. Nós somos Portugueses-Eles são estrangeiros

Ou seja, eu pertenço a uma categoria de indivíduos que se caracterizam por partilharem uma condição de portugueses, homens, etc. e os distinguem de todos os outros homens por estes não o serem.

Aspectos diferenciadores das várias perspectivas

Os estudos mais antigos abordavam os atributos da identidade como características “naturais” ou “essências” – qualidades emergentes de questões genéticas, predisposições psicológicas, localizações geográficas, ou propriedades resultantes de localizações estruturais. Esperava-se que os membros desse colectivo internalizassem essas qualidades, sugerindo isso uma experiência social unificada em relação à qual os actores sociais construíaam a sua identidade.

Se bem que as posições essencialistas sejam hoje pouco frequentes entre os académicos, elas são contudo muito difundidas junto de meios políticos e associativos. Uma visão essencialista de cultura subjaz, por exemplo, a muitos dos movimentos nacionalistas/étnicos contemporâneos.

As perspectivas mais recentes têm colocado em questão o essencialismo das imagens e dos atributos colectivos. As perspectivas anti-essentialistas englobam um grande leque de abordagens com importantes diferenças (construcionismo social, construtivismo, pós-modernismo) mas que partilham a visão da construção da identidade como fenómeno relacional, contextualizado num dado tempo e num dado espaço.

Em concordância com as teorias de Peter Berger, Howard Becker, e outros, a abordagem do construcionismo social à identidade rejeita qualquer categoria que realce propriedades únicas da pertença colectiva. Nesta perspectiva, cada colectivo torna-se um artefacto social uma entidade moldada, refabricada e mobilizada de acordo com scripts culturais e centros de poder.

A sua pertinência é particularmente visível no modo como possibilitam um estudo da Identidade segundo uma perspectiva essencialmente relacional e dinâmica, por contraposição às concepções essencialistas da mesma, que a visualizam como uma “entidade em si, estabilizada no tempo e desligada das totalidades e processos sociais nas quais é produzida” (Gros, 1994). Essa noção eminentemente relacional que o conceito de identidade tem vindo progressivamente a desenvolver no quadro problemático da Psicologia Social (veja-se a propósito Gergen, 1985) e da Sociologia (veja-se o trabalho de Madureira Pinto circunscrito ao tema “Sobre a produção social da

identidade”, 1991) é conducente à configuração da Identidade não como um produto fixo e acabado, mas como uma construção interactiva, i.e., uma construção que se “alimenta sempre de alteridades, sejam elas reais ou de referência” (Madureira Pinto, 1991, p. 219). Daí não se poder analisar a identidade fora dos sistemas de acção nos quais o indivíduo está implicado, resultando das relações de força entre todos os actores em presença.

A construção de uma identidade, numa perspectiva anti-essencialista, surge na e pela interacção com os outros. “O conhecimento de que a identidade do eu só é possível graças à identidade do outro que me reconhece, identidade ela mesma do meu próprio conhecimento” (Habermas, *cit. in* Dubar, 1991, p. 83).

Encontramo-nos no reencontro de dois processos heterogéneos: o primeiro diz respeito às atribuições pelas instituições e pelos agentes directamente em interacção com o indivíduo (actos de atribuição). Neste processo, existe uma forma variável de etiquetagem, produzindo o que Goffman (1963) chama *de identidades sociais virtuais* e que mais não é do que a identidade para outrem.

O segundo processo diz respeito à interiorização activa, ou seja, à incorporação da identidade pelos próprios indivíduos (actos de pertença). Esta interiorização não pode ser visualizada fora das trajectórias sociais nas quais os indivíduos constroem as identidades para si, a que Goffman chama *identidades sociais reais*.

Nas *identidades sociais virtuais* é importante conhecer os efeitos dos processos de etiquetagem sobre o plano da identidade, na medida em que, quando as pessoas consideram certas situações como reais, elas são reais nas suas consequências.

Realiza-se assim uma modelagem do indivíduo sobre a representação que os outros têm dele. Mas a etiquetagem social, em termos de propriedades social e emocionalmente partilhadas pelos outros não é constitutiva da identidade. Ela só deve ser entendida pelo papel determinante que tem em relação ao sucesso ou insucesso dos projectos de identidade, que são constitutivos de uma identidade dentro dos colectivos sociais.

Nesta linha de análise, procuram-se quebrar categorizações simples (e a dominância política que implicam), evidenciando a complexidade de formas e polivalência de símbolos a partir dos quais tais categorias são produzidas.

Para além disso, no estudo da identidade, os autores que se posicionam numa linha anti-essencialista, consideram a variação dentro

das categorias identitárias– i.e. mulher/ negra/ classe trabalhadora– tão importantes como as variações entre categorias identitárias.

Os trabalhos nesta tradição põem em questão os modelos que equacionam discurso e verdade; eles expõem as formas em que o discurso objectivado como verdade forma e mantém definições colectivas, e hierarquias de poder.

3. Identidade nacional e etnicidade no mundo contemporâneo: dois breves casos

De forma a ilustrar alguns dos aspectos teóricos que temos vindo a apresentar escolhemos dois exemplos que nos permitem evidenciar as implicações que versões essencialistas e anti-essencialistas têm para a compreensão do conceito de identidade.

Tomemos como primeiro exemplo o caso da identidade nacional portuguesa.

A construção da identidade nacional

Hoje parece-nos evidente que todos os cidadãos nascidos em Portugal, de pais portugueses, se auto definam como portugueses. Esta consciência de pertença não é todavia tão antiga quanto se possa julgar numa primeira leitura. José Mattoso na sua obra “A Identidade Nacional” considera mesmo que é muito recente.

Uma pequena anedota que se contava sobre o rei D. Luís, serve-nos para ilustrar a modernidade da consciência nacional – estando o rei D. Luís.passeando no seu iate, se cruzou com uns pescadores a quem perguntou se eram portugueses. A resposta foi bem clara: “Nós outros? Não, meu senhor! Nós somos da Póvoa do Varzim”

Como é evidente, se os pescadores da Póvoa do Varzim podiam responder assim ao Rei, trezentos anos depois de Camões ter escrito e publicado os Lusíadas, a verosimilhança de uma situação idêntica seria muito mais provável no século XII”. (Mattoso, 1998, p.14)

Na realidade para os camponeses da Idade Média, a dificuldade de conceber ideias abstractas como a de portugalidade, acrescia a de a eles corresponderem pouquíssimas estruturas administrativas com qualquer espécie de expressão na vida prática e no quotidiano.

Esta situação segundo J. Mattoso manteve-se durante toda a Idade Média e grande parte da Idade Moderna. Só começou a modificar-se decisivamente, mesmo nos lugares mais longínquos da capital, para o fim do sec XIX.

Este processo de resto não é exclusivo de Portugal, Thiesse (2000), fala mesmo do sec. XIX como o século das nacionalidades europeias, salientando que é fundamentalmente nesse século que os movimentos e elites vão começar de uma forma mais sistemática a construir e disseminarem uma narrativa de nação. Se aceitarmos como válida a definição de nação como “um grupo humano geralmente vasto, que se caracteriza pela consciência da sua unidade (histórica, social, cultural) e a vontade de viver em conjunto” então é facilmente compreensível que a formação das identidades nacionais consista na construção dessa narrativa comum, desse legado de recordações e práticas que funda um sentimento de pertença.

Sendo assim, podemos perguntar como se vem a generalizar a percepção de pertença à categoria portugueses?

Conforme foi sublinhado por E. Gellner (1983), a heterogeneidade cultural era a regra nos impérios, reinos e principados da era pré-nacional. As referências identitárias dos indivíduos estavam determinadas pelo seu estatuto social, a sua religião, a sua pertença a uma comunidade local mais ou menos restrita e rica de particularismos de todos os tipos.

Se bem que cada identidade nacional seja diferente, os seus processos de constituição são muito parecidos. Todos envolvem heróis e confrontações militares (sobretudo de resistência), romances históricos e a sua associação a um sistema de ensino, símbolos e cerimónias comemorativas.

De entre os vários factores envolvidos no caso da constituição da identidade nacional portuguesa, gostaria de destacar os seguintes:

- 1) As confrontações militares – nomeadamente a reconquista aos mouros; guerras com Castela e invasões francesas. Todas estas situações de guerra permitiram uma identificação com um colectivo e paralelamente uma atribuição de valor positivo a essa pertença; a ideia de território ancestral e de comunidade que resiste à invasão defendendo ferozmente a terra que lhes foi legada pelos antepassados é também importante nestas confrontações e reforça ainda mais a consciência grupal.
- 2) A expansão portuguesa - Este é sem dúvida outro fenómeno importante na construção da identidade nacional e por duas ordens de razões. Primeiro porque como vimos um dos critérios básicos da construção identitária é a diferenciação, o esta-

belecimento da diferença Eu-Outro. Ora conforme refere Mattoso (1998, p.18) a expansão “que pôs milhares de portugueses em contacto directo com outros povos e civilizações, veio evidentemente reforçar o sentimento nacional a partir de uma experiência vivida.” Segundo, porque a expansão envolveu a necessidade de um esforço nacional, e conforme muitos estudos da Psicologia Social demonstram, uma das formas de reforçar a consciência colectiva é envolver os sujeitos numa tarefa “supra” isto é, que transcenda os interesses grupais.

- 3) A escrita da memória colectiva - Um dos aspectos fundamentais da criação da identidade nacional é a difusão de uma narrativa colectiva. O sistema de ensino é o óbvio difusor mas igualmente importante é o conjunto de produções literárias e artísticas que sempre acontecem sobre este tema. O texto mais marcante neste contexto é evidentemente os *Lusíadas* que tiveram um significativo impacto sobre o imaginário nacional. Na realidade, segundo Mattoso (1998, pp.35-36) “a forma poética, retórica enfática do discurso imprime-lhe uma força enorme. Aqueles que se consideram membros de um mesmo povo não podem deixar de se convencer que aquela é de facto a sua própria história. Assim, os receptores identificam-se eles próprios com os heróis, não como quaisquer ouvintes de um relato empolgante, mas como representantes do colectivo que ali desempenha as funções de principal actor.”
- 4) A utilização de símbolos e cerimónias comemorativas - Grande parte da população do país foi provavelmente mais influenciada no processo de consciencialização nacional pelo uso constante de emblemas e sinais concretos, como o escudo de armas do rei, a bandeira nacional, a moeda, ou mais recentemente as estátuas dos heróis e das batalhas. Estes tornaram-se, de facto, segundo Mattoso (1998, pp.26 -27) “sinais identificadores. A sua categoria simbólica dotava-os de um poder emocional que contribuiu para fazer esquecer o seu sentido primitivo de emblemas de dominação.” Para além destes símbolos assistiu-se, a partir do sec. XIX, à realização de festas e cerimónias comemorativas de determinados acontecimentos históricos de relevância para a constituição da nação. Estas celebrações, podem também considerar-se relevantes para a construção identitária, uma vez que, são a cele-

bração de uma comunidade multissecular e transmitem por isso a sensação de continuidade do ser nacional.

Com este exemplo procuramos evidenciar o carácter de construção social que subjaz ao conceito de identidade nacional. Por outras palavras, entre a tomada do poder do condado portugalense por D. Afonso Henriques e a emoção de um país perante Timor percorreu-se um longo caminho de construção de uma categoria - Portugueses- e de formação de uma consciência de pertença a essa categoria. Estamos assim num campo bem distante das perspectivas essencialistas da identidade que abordavam o carácter português como resultante de atributos “naturais” ou “essências”- isto é qualidades emergentes de questões genéticas, predisposições psicológicas, localizações geográficas, ou propriedades resultantes de localizações estruturais.

Não se pode aqui deixar de observar, seguindo ainda Mattoso (1998, pp.9-10) “que o nacionalismo, nas suas diversas manifestações, procurou sempre uma base “natural” para as suas formações nacionais. Ao considerar a Nação como uma categoria da ordem das essências, ao atribuir-lhe, portanto, um carácter necessário e eterno, tendia-se a procurar as suas raízes na própria natureza, ou seja em factores como a diversidade geográfica, a “raça” ou a língua (pressupondo que as diferenciações étnicas e linguísticas eram de alguma forma fenómenos “naturais”).”

A ideia de nação, no sentido que hoje lhe atribuímos, é resultado de um longo processo bastante mais complexo que uma primeira leitura pode evidenciar. Na verdade, todas as nações Europeias percorreram um caminho que se iniciou por um conjunto de referências identitárias fundamentalmente determinadas pelo seu estatuto social, pela sua religião ou pela sua pertença a comunidades locais mais ou menos restritas, para através um trabalho de criação identitária e de educação resultar no actual sentido de identidade nacional.

A formação das identidades nacionais evidencia de forma simples como através de processos políticos e socio-históricos se construiu um património comum que nos identifica de forma “natural” e que nos diferencia do “Outro”. Todas as identidades nacionais são distintas, contudo estas estruturam-se segundo as mesmas categorias. Estabelecem uma ligação entre os fundadores e o presente, na língua, nos heróis, nos monumentos culturais, em resumo nos lugares de memória.

A construção da Etnicidade

Um outro conceito em que se confrontam visões essencialistas e abordagens construcionistas é o da etnicidade.

Frequentemente, quando falamos em etnias, imaginamos uma tribo com o seu chefe, a sua aldeia. Mas as denominações étnicas em África não correspondem, senão excepcionalmente a um passado comunitário deste tipo. Assim, como ironiza M'Bokolo (1998, p.321), "o mais frequente é que a etnia tenha nascido a partir da passagem de um antropólogo ou de um funcionário colonial."

Na realidade, uma breve história do conceito evidencia como o próprio conteúdo da noção variou à medida que evoluíam as ciências sociais. No fim do século XIX, a antropologia física centrou-se na identificação de grandes tipos raciais nas populações africanas: Banto, Nilóticos, Pigmóides, etc. Num primeiro tempo considerando que estes grupos estavam ligados pelo parentesco, logo com uma ascendência comum associaram etnia e grupo racial. Mesmo hoje, apesar destas teorias terem sido abandonadas, continuamos a encontrar muitas referências à ligação entre diferenças físicas e atributos étnicos.

Num segundo grande período, as etnias foram caracterizadas a partir da ideia de cultura "pura" e isolada. Desta forma, procurava-se uma homogeneidade cultural ou linguística, e um dado território. Isto resultou, em parte, dos próprios métodos de observação dos etnólogos que tinham tendência a focalizar-se sobre uma aldeia ou um grupo autónomo. Por outro lado, a ideia de cultura primitiva e pura estava subjacente às próprias concepções dos cientistas, o que fazia com que aspectos que de alguma forma mostravam a complexidade e interpenetração das culturas não fossem valorizados. Veja-se por exemplo, a pouca importância que Malinowski deu ao facto dos Melanésios terem circuitos comerciais muito organizados e que se estendiam por centenas de quilómetros; e a incapacidade dos primeiros estudiosos em sequer considerar a hipótese das ruínas do Zimbabwe poderem resultar de uma civilização negra.

Esta ênfase na homogeneidade cultural com o seu território fez mesmo com que, em certos casos, tenham sido os próprios etnólogos a delimitarem os contornos geográficos dos grupos étnicos. Mas, como refere M'Bokolo (1998, p.322) "na maior parte dos casos, isso era impossível porque as populações estavam muito misturadas, isto é falavam a mesma língua tendo costumes e actividades dife-

rentes, ou o inverso. Este problema foi resolvido frequentemente através da atribuição do território à etnia considerada como maioritária ou dominante.”

Hoje a ideia dominante de etnia é que se trata de uma realidade fundada sobre uma unidade primordial e uma continuidade multisecular: por detrás das denominações étnicas, imaginam-se grupos partilhando traços herdados do passado, como a língua, os costumes e as crenças, mas sobretudo derivando a sua identidade colectiva da ideia de origem comum.

Esta noção de origem comum, histórica ou mítica, foi bastante difundida por muitos antropólogos. Mas o que importa realçar, de acordo com M'Bokolo (1998), é que a noção de origem comum é raramente dominante na vivência dos Africanos e a importância dada a esta noção é frequentemente o reflexo directo do interesse de um etnógrafo pelo tema. Na verdade, muitos exemplos em África mostram como pequenos grupos vindos de lugares diversos se associaram num dado momento contra outros e desenvolveram um sentido de pertença e uma origem mítica comum.

Tomemos como exemplo, os Herrero da Namíbia. No séc XIX, não existiam Herrero mas sim uma constelação de grupos mais ou menos independentes. No fim do século as tropas coloniais alemãs quase que os tinham exterminado. Os sobreviventes acabaram por se misturar com os colonos alemães, e é somente a partir dos seus descendentes que começamos a ouvir falar da etnia Herrero. Contudo a sua origem mítica é bem mais longínqua.

Em síntese, as populações e as culturas nunca desaparecem totalmente, elas misturam-se e transformam-se de tal forma que não podemos fixar na história um momento em que elas tenham existido de forma mais autêntica.

Se tentarmos aplicar às denominações étnicas tal como podem ser observadas em África um conjunto de critérios (território de origem comum, unidade na cultura e na língua, endogamia), encontraremos muito poucos casos que satisfaçam esta definição. Se quisermos ser um pouco cínicos diríamos que um grupo étnico é aquele a que um antropólogo dedicou um livro.

Vemos assim surgir a noção de “comunidade imaginária” (B. Anderson, 1989) que apresenta as culturas (nacionais, étnicas, regionais) como reservatórios de imagens, de onde num dado momento da história, os grupos humanos retirariam os recursos necessários à fabricação de referências colectivas.

Esta maneira de desconstruir as culturas não põe em causa o seu poder sobre os homens, mas mostra a sua artificialidade: assim o fetichismo da cultura autenticamente tradicional, que habitou a antropologia culturalista, é colocado ao nível da simples ilusão.

Contudo se a etnicidade é imaginada, é tudo menos imaginária. É “real” na medida em que as pessoas orientam as suas vidas e acções em termos dela, e tem consequências muito concretas.

Vejamos o caso dos confrontos étnicos recentes entre os Hutu e os Tutsi na África Central e de que resultaram mais de meio milhão de mortos. Tentar clarificar o que se passou pode ajudar a clarificar alguns dos conceitos introduzidos.

Antes dos Europeus conquistarem a região dos Grandes Lagos esta incluía um conjunto de reinos que se combatiam frequentemente. As linhas do conflito não eram, todavia, entre aqueles que hoje designamos de “Hutu” e “Tutsi”.

Quer no período pré-colonial, quer no colonial, “Hutus” e “Tutsis” partilharam práticas económicas sociais e religiosas, pelo que a sua interacção era muito mais frequentemente pacífica e cooperativa do que conflitual. Para além disso, a evidência histórica demonstra que existia tanto conflito entre diferentes grupos tutsi como entre os “Tutsi” e os “Hutu”.

Uma exemplificação desta fluidez do conceito de etnia entre os “Hutu” e os “Tutsis” é-nos oferecido por um cientista social do Burundi, Rene Lemarchand. Lemarchand (1996) refere que a significação do termo “Hutu” depende do contexto da sua utilização. “Um Tutsi colocado no papel de empregado face a um patrão abastado seria referenciado como Hutu mesmo que a sua identidade cultural permanecesse Tutsi.” (op cit. p.10). Isto é, a palavra hutu significava aqui subordinação social e era independente da identidade cultural dos seus intervenientes. Da mesma forma, uma família poderia ao longo de uma geração mudar de um grupo para outro à medida que a situação política e económica se modificasse.

Sob a ordem colonial, primeiro pelos alemães e depois pelos Belgas, esta divisão foi racializada e tornada mais rígida. Foram exigidos bilhetes de identidade étnicos, e o estado discriminou em favor dos Tutsi, que foram considerados mais próximos dos brancos na hierarquia racial.

Apesar de os Hutu e os Tutsi terem a mesma língua, o mesmo território e a mesma cultura, o estado civil estipulou a pertença étnica dos indivíduos aplicando uma regra de filiação simples: se o

pai é tutsi, a criança é tutsi, se o pai é hutu, a criança é hutu. Pouco importa ver a origem da mãe e o meio em que nasceu. Ora isto não tem nada de cultural.

No período pós-colonial, para extremistas dos dois lados, a divisão começou a ser percebida como uma divisão racial. As desigualdades e os conflitos do período colonial reforçaram os estereótipos e a separação, entrando-se numa espiral de violência.

O que gostaríamos aqui de realçar é que este conflito está longe de ser o produto de uma distinção étnica/tribal antiga, antes sendo resultado de actuais rivalidades políticas e reificações de diferenças construídas.

Deste modo, o que é necessário compreender é que a etnicidade não é certamente na África contemporânea e na passada, o resíduo de uma obscura tradição tribal, mas a materialização de situações históricas.

Conclusão

Com os casos apresentados, pretendemos ilustrar a complexidade da construção identitária, e evidenciar que tal como no processo de construção das identidades nacionais europeias a etnicidade está intrinsecamente ligada a situações políticas.

Como mostra Ernest Gellner (1983), a lógica do nacionalismo é sempre uma lógica de unificação/homogeneização e uma recusa da diferença. Pelo contrário numa perspectiva construcionista as manifestações de identidade nacional/étnica podem ser diferentes e até contraditórias, conforme os grupos humanos que estão envolvidos e as épocas em que se situam.

As críticas ao essencialismo permitem-nos afirmar a multiplicidade e a fluidez da identidade evidenciando a variação de experiências dentro dessas categorias identitárias. Igualmente desafia paradigmas coloniais que representam a identidade negra como unidimensional. Esse discurso criou a ideia do "primitivo" e promoveu a noção de uma experiência "autêntica", vendo como "natural" aquelas expressões de vida dos negros que se conformavam com um padrão ou estereótipo pré-existente. Abandonar noções essencialistas seria um importante desafio para o racismo. A actual resistência Africana e Afro-americana deve, nesta perspectiva, estar

enraizada num processo de descolonização que continuamente se oponha à reinscrição de noções de "identidade negra".

As abordagens à identidade que defendemos rejeitam assim qualquer categoria que realce propriedades únicas da pertença colectiva. Nesta perspectiva, cada colectivo torna-se um artefacto social uma entidade moldada, refabricada e mobilizada de acordo com scripts culturais e centros de poder.

Gostaríamos de concluir sistematizando em três pontos a definição de etnicidade/ identidade que procuramos defender:

A etnicidade/identidade remete-nos numa primeira instância para uma identificação colectiva baseada na diferenciação cultural percebida;

A etnicidade/identidade não é algo de mais fixo ou mais estático do que qualquer outro aspecto da cultura;

A etnicidade/identidade é quer colectiva quer individual, externalizada em instituições e padrões de interacção social e internalizada em auto-identificações pessoais.

Bibliografia

- ANDERSON, B., *The Imagined Community*, Londres, Verso, 1983.
- BARTH, F., (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Oslo: Universitetsforlaget, 1969;
- BAUMEISTER, R., *Identity: cultural change and the struggle for self*, New York, Oxford, 1986.
- BENHABIB, S., *Democracy and Difference: Contesting Boundaries of the Political*, Princeton Paperbacks, 1996.
- BERGER, P., e LUCKMAN, T., *The Social Construction of Reality*, Penguin, 1967.
- CALHOUN, C., *Social Theory and the Politics of Identity*, Oxford, Blackwell 1994.
- DEPRES, L., "Ethnicity and Resource Competition in Guyanese Society" in *Ethnicity and Resource Competition in Plural Societies*, in DEPRES, L. (Ed.) Mouton, 1975;
- DUBAR, C., *La socialisation - construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin Éditeur, 1991.
- GERGEN, K.J., The social constructionist movement in modern psychology, *American Psychologist*, vol. 40, nº 3, 266-275, 1985.

- GEERTZ, C., *The Interpretation of Cultures*, New York: Basic Books, 1973;
- GELLNER, E., *Nations and nationalism*, Oxford, Basil Blackwell, 1983
- GIDDENS, A., *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1994
- GOFFMAN, E., *Stigma*, Prentice Hall, 1963.
- GROS, M.C., Estratégias identitárias num território desqualificado, in *Actas do Encontro "Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local"*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 471-494, 1994.
- HALL, S. & du GAY, P., *Questions of Cultural Identity*, Sage, 1996.
- JENKINS, R., *Social Identity*. London: Rutledge, 1996;
- LIPOVETSKY, G., *O Império do Efêmero*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- LASH, S. e FRIEDMAN, J. (eds.), *Modernity and Identity*. Oxford: Blackwell, 1992.
- LEMARCHAND, R., *Burundi: Ethnic Conflict and Genocide*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- MATTOSO, J., *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- M'BOKOLO, E., Les ethnies existent-elles?, *Sciences Humaines*, nº48, 1995.
- PINTO, J. M., Considerações sobre a produção social da identidade, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 32, Coimbra, 217-231, 1991.
- TAJFEL, H., *Grupos Humanos e Categorias Sociais*, vol I, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- THIESSE, A. S., La Fabrication Culturelle des Nations Europeennes, *Sciences Humaines*, nº110, pp.38-42, 2000.
- YOUNG, C., "The Dialectics of Cultural Pluralism: Concept and Reality", in *The Rise of Cultural Pluralism: The Nation-State at Bay?*, Wisconsin, 1993.